

# Congresso não sabe o que votar na semana decisiva

Há menos de dez dias do recesso parlamentar que começa a vigorar a partir de 1º de julho, o Congresso Nacional não tem, ainda, uma posição precisa do volume de projetos que poderá ser desovado antes do final do mês. Nem mesmo a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), que deve ser votada de acordo com a Constituição antes do recesso, ainda não foi submetida à apreciação — o que deverá ocorrer até o final da semana.

Desde meados de abril o presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), vem solicitando às lideranças partidárias dedicação na apreciação das matérias para aliviar a agenda, ocasião em que estabeleceu uma pauta prioritária contendo dez projetos de interesse para a sociedade brasileira.

**Encalhe** — A pauta até que diminuiu, mas alguns desses projetos ainda permanecem encalhados e pelo menos um, o que trata da Lei Orgânica dos Partidos, é certo que só será incluso na pauta de agosto. “Os partidos não me disseram o motivo pelo qual não é conveniente votar agora essa matéria”, se limitou a explicar Ibsen.

É o que acontece, por exemplo, com a metade dos itens propostos na pauta do presidente. O projeto que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, o que fixa diretrizes e bases para a educação (LDB), o que dispõe sobre a tributação de grandes fortunas, o que trata sobre a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e o que concede anistia aos crimes praticados por meio de imprensa.

O projeto de ajuste fiscal, um dos que fazem parte do Emendão (conjunto de matérias de interesse do governo), cujo relator é o deputado Benito Gama (PFL-BA), também está empacado pelo mesmo problema.

No mês passado, em resposta às críticas do chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, referindo-se à morosidade do Le-

gislativo na apreciação dos projetos, Ibsen reuniu a imprensa para esclarecer que algumas dessas matérias estavam encalhadas sobretudo por culpa das lideranças governistas, que não vinham se ocupando sequer das proposições de seu interesse.

**Esforço concentrado** — A partir de hoje o Senado Federal dá início, a exemplo do que vem tentando fazer a Câmara, a um esforço concentrado para votar o maior número de matérias. Segundo o presidente pelo menos 130 proposições até o final de junho. A maior dificuldade atual no Senado tem sido a falta de quórum no plenário, esvaziado principalmente em consequência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada para apurar as denúncias de Pedro Collor contra o empresário Paulo César Farias, o PC.

Além dos 11 senadores que são

membros da CPI, as sessões sofrem evasão de parlamentares interessados em acompanhar os trabalhos da Comissão. Benevides cancelou, assim como fez o presidente da Câmara, as atividades pela manhã nas comissões permanentes e começou a realizar sessões deliberativas nesse horário. “Não há condições de tocar comissões permanentes e CPI ao mesmo tempo”, queixou-se Benevides.

O atraso na apreciação das matérias vem há algumas semanas levantando a possibilidade de o Congresso Nacional suspender o recesso. Mas essa resposta só poderá ser levada a público a partir do dia 29, depois de um consenso entre os presidentes de ambas as Casas. “Não há como prever. Tanto pode ser que consigamos como não apreciar todos os projetos”, lembra Ibsen.